



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BENS Nº 07/2019 QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, E A EMPRESA BARBOSA & OLIVEIRA COMÉRCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA, nos termos do Padrão nº 08/2002**

**PROCESSO Nº 00080-00039025/2019-23.**

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O Distrito Federal, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, doravante denominada **CONTRATANTE**, CNPJ nº 00.394.676/0001-07, com sede no Setor Bancário Norte – SBN Quadra 02, Lote 17 – Edifício Phenícia – Brasília/DF, neste ato representado por **RAFAEL DE CARVALHO PULLEN PARENTE**, na qualidade de Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, [REDACTED], residente e domiciliado nesta Capital, portador da CI nº [REDACTED] e do CPF nº [REDACTED]-743.701-[REDACTED], nomeado pelo Decreto de 1º de janeiro de 2019, publicado no DODF nº 01, de 01 de janeiro de 2019, p. 7, com delegação de competência conferida pelo Decreto nº 21.396, de 31 de julho de 2000, e a empresa **BARBOSA & OLIVEIRA COMÉRCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, CNPJ nº 05.326.844/0001-40, com sede no SIA Sul, Trecho 10, Lote 5, Pavilhão B11, Box 9/10, Brasília/DF, CEP: 71.208-900, telefone [REDACTED], e-mails: [REDACTED], neste ato representado por **ILTON BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO**, na qualidade de Procurador, residente e domiciliado em Brasília-DF, portador da CI nº [REDACTED] e do CPF nº [REDACTED]-797.051-[REDACTED], resolvem firmar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições estabelecidas neste termo.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 22/2017- SUAG/SEE-DF (Doc. SEI nº 18881210), da Proposta (Doc. SEI nº 18882179), da Ata de Registro de Preço nº 65/2018 – SUAG/SEE-DF (Doc. SEI nº 18882625), da Autorização SRP nº 15/2019 (Doc. SEI nº 19017897) e da Lei nº 8.666 21.06.93, da Lei 10.520/2002 e do Decreto Federal 5.450/2005.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O Contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (frutas e hortaliças) para o Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE-DF), conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, consoante específica o Edital de Pregão Eletrônico nº 22/2017- SUAG/SEE-DF (Doc. SEI nº 18881210), da Proposta (Doc. SEI nº 18882179), da Ata de Registro de Preço nº 65/2018 – SUAG/SEE-DF (Doc. SEI nº 18882625), da Autorização SRP nº 15/2019 (Doc. SEI nº 19017897), que passam a integrar o presente Termo, conforme o quadro abaixo relacionado:

LOTE 1 (Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga)					
Item	Descrição	Und.	Qt.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	FRUTA: ABACAXI PÉROLA – Fruto de formato cônico, com coroa longa e espinhos, em estado de maturação ideal, com cascas firmes. Sem danos físicos e defeitos que prejudiquem sua qualidade.. Categoria: Extra. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	382.949	2,97	1.137.358,53
5	FRUTA: LARANJA PÊRA – madura, com frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, adocicadas, firmes e com brilho. Não deverá apresentar ferimentos ou defeitos. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	6.740	2,2	14.828,00
7	FRUTA: MAÇÃ NACIONAL – vermelha, frutos de tamanho médio, grau máximo de evolução no tamanho, casca lisa, sem amassamento ou lesões microbianas, cor e sabor característicos do produto.. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	317.676	3,25	1.032.447,00
8	FRUTA, MAMÃO FORMOSA - deverá estar parcialmente maduro e com a casca íntegra, sem amassamento e lesões microbianas, com sabor adocicado. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	336.729	3,13	1.053.961,77
10	FRUTA, MELANCIA, fruto arredondado ou alongado, de polpa vermelha e casca verde-lustrosa. Não deverá apresentar manchas, picadas de insetos ou sinais de apodrecimentos; estar em ponto de maturação próprio para o consumo.. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	215.220	1,6	344.352,00
11	FRUTA, MELÃO, formato oval, casca de coloração amarela, cor da polpa: branco-amarelada. Deverá apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	413.528	2,98	1.232.313,44

18	HORTALIÇA, BATATA INGLESA, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de sujidades, parasitas e larvas. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	91.774	2,99	274.404,26
<b>Valor LOTE 1</b>					<b>5.089.665,00</b>
<b>LOTE 2 (Gama, R. Emas, Samambaia e Santa Maria)</b>					
Item	Descrição	Und.	Qt.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
30	FRUTA: ABACAXI PÉROLA – Fruto de formato cônico, com coroa longa e espinhos, em estado de maturação ideal, com cascas firmes. Sem danos físicos e defeitos que prejudiquem sua qualidade.. Categoria: Extra. <b>MARCA:CEASA</b>	Kg	341.105	3,25	1.108.591,25

33	FRUTA: LARANJA PÊRA – madura, com frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, adocicadas, firmes e com brilho. Não deverá apresentar ferimentos ou defeitos. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	1.709	2,2	3.759,80
35	FRUTA: MAÇÃ NACIONAL – vermelha, frutos de tamanho médio, grau máximo de evolução no tamanho, casca lisa, sem amassamento ou lesões microbianas, cor e sabor característicos do produto. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	289.031	3,45	997.156,95
36	FRUTA, MAMÃO FORMOSA - deverá estar parcialmente maduro e com a casca íntegra, sem amassamento e lesões microbianas, com sabor adocicado. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	304.285	2,99	909.812,15
38	FRUTA, MELANCIA, fruto arredondado ou alongado, de polpa vermelha e casca verde-lustrosa. Não deverá apresentar manchas, picadas de insetos ou sinais de apodrecimentos; estar em ponto de maturação próprio para o consumo.. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	182.392	1,6	291.827,20
39	FRUTA, MELÃO, formato oval, casca de coloração amarela, cor da polpa: branco-amarelada. Deverá apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	374.632	2,99	1.120.149,68
46	HORTALIÇA, BATATA INGLESA, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de sujidades, parasitas e larvas. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	87.582	2,25	197.059,50
<b>Valor LOTE 2</b>					<b>4.628.356,53</b>

<b>LOTE 3 (Guará, N. Bandeirante, Plano Piloto/Cruzeiro e Sobradinho)</b>					
Item	Descrição	Und.	Qt.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
58	FRUTA: ABACAXI PÉROLA – Fruto de formato cônico, com coroa longa e espinhos, em estado de maturação ideal, com cascas firmes. Sem danos físicos e defeitos que prejudiquem sua qualidade.. Categoria: Extra. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	335.601	3,09	1.037.007,09
61	FRUTA: LARANJA PÊRA – madura, com frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, adocicadas, firmes e com brilho. Não deverá apresentar ferimentos ou defeitos. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	6.862	2,33	15.988,46
63	FRUTA: MAÇÃ NACIONAL – vermelha, frutos de tamanho médio, grau máximo de evolução no tamanho, casca lisa, sem amassamento ou lesões microbianas, cor e sabor característicos do produto.. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	282.038	3,72	1.049.181,36
64	FRUTA, MAMÃO FORMOSA - deverá estar parcialmente maduro e com a casca íntegra, sem amassamento e lesões microbianas, com sabor adocicado. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	297.537	2,99	889.635,63
66	FRUTA, MELANCIA, fruto arredondado ou alongado, de polpa vermelha e casca verde-lustrosa. Não deverá apresentar manchas, picadas de insetos ou sinais de apodrecimentos; estar em ponto de maturação próprio para o consumo.. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	185.075	1,6	296.120,00
67	FRUTA, MELÃO, formato oval, casca de coloração amarela, cor da polpa: branco-amarelada. Deverá apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	365.819	3	1.097.457,00

74	HORTALIÇA, BATATA INGLESA, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de sujidades, parasitas e larvas. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg
<b>VALOR LOTE 3</b>		

<b>LOTE 4 (Paranoá, Planaltina e São Sebastião)</b>					
Item	Descrição	Und.	Qt.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
86	FRUTA: ABACAXI PÉROLA – Fruto de formato cônico, com coroa longa e espinhos, em estado de maturação ideal, com cascas firmes. Sem danos físicos e defeitos que prejudiquem sua qualidade.. Categoria: Extra. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	260.092	3,25	845.299,00
89	FRUTA: LARANJA PÊRA – madura, com frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, adocicadas, firmes e com brilho. Não deverá apresentar ferimentos ou defeitos. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	1.037	2,33	2.416,21
91	FRUTA: MAÇÃ NACIONAL – vermelha, frutos de tamanho médio, grau máximo de evolução no tamanho, casca lisa, sem amassamento ou lesões microbianas, cor e sabor característicos do produto.. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	220.481	3,8	837.827,80
92	FRUTA, MAMÃO FORMOSA - deverá estar parcialmente maduro e com a casca íntegra, sem amassamento e lesões microbianas, com sabor adocicado. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	233.754	3,05	712.949,70
94	FRUTA, MELANCIA, fruto arredondado ou alongado, de polpa vermelha e casca verde-lustrosa. Não deverá apresentar manchas, picadas de insetos ou sinais de apodrecimentos; estar em ponto de maturação próprio para o consumo.. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	137.442	1,65	226.779,30
95	FRUTA, MELÃO, formato oval, casca de coloração amarela, cor da polpa: branco-amarelada. Deverá apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	287.063	3,07	881.283,41
102	HORTALIÇA, BATATA INGLESA, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de sujidades, parasitas e larvas. <b>MARCA: CEASA</b>	Kg	70.886	3	212.658,00
<b>VALOR LOTE 4</b>					<b>3.719.213,42</b>

**VALOR GLOBAL DE /**

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

A entrega do objeto processar-se-á de forma parcelada, conforme especificação contida no Edital de Pregão Eletrônico nº 22/2017- SUAG/SEE-DF (Doc. SEI nº 18881210), da Proposta (Doc. SEI nº 18882179), facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor total do Contrato é de **R\$ 18.047.717,49 (dezoito milhões, quarenta e sete mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos)**, devendo a importância de **R\$ 13.535.788,11 (treze milhões, quinhentos e trinta e cinco mil setecentos e oitenta e oito reais e onze centavos)** ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº 6.254, de 09 de janeiro de 2019 (LOA 2019), e é compatível com o PPA nº 5.602, de 31 de dezembro de 2015, bem como com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 6.216, de 17/08/2018 (LDO 2019), enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 18101

II – Programa de Trabalho: 12.361.6221.2964.0001

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.30

IV – Fonte de Recursos: 14005171

6.2. O empenho inicial é de **1.696.421,00 (um milhão, seiscentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais)**, conforme Nota de Empenho nº 2019NE01124, emitida em 21/03/2019, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30(trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

7.2.1. Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº 6.106/2007);

7.2.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

7.2.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.

7.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

7.2.5. Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura .

#### CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

A garantia para execução do Contrato será prestada na forma de Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública, Seguro – Garantia ou Fiança Bancária, conforme previsão constata do Edital subitem 20.5, no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato, o que corresponde a R\$ 360.954,35 (trezentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) devendo ser apresentada pela contratada no ato da assinatura do instrumento contratual , conforme previsão do Edital item 20.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. Por toda a contratação, para o adequado fornecimento e entrega dos gêneros alimentícios, por sua conta e risco, a CONTRATADA deverá:

11.5.1. Se responsabilizar por fornecer o produto de acordo com as exigências feitas neste Termo de Referência.

11.5.2. Se responsabilizar pelo objeto, bem como por todas e quaisquer despesas decorrentes do fornecimento.

11.5.3. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir no período do fornecimento do produto.

11.5.4. Cumprir as Legislações Sanitárias, Federal e Distrital.

11.5.5. Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer conduta referente ao fornecimento dos produtos, que não esteja sendo procedida de acordo com as boas práticas de fabricação.

11.5.6. Entregar o produto na embalagem primária contendo o escrito em marca indelével “Produto Institucional – Proibida a Venda”. A referida informação poderá vir impressa ou carimbada com tinta indelével em caracteres com destaque, caixa alta, nítidos, de fácil leitura e difícil remoção na embalagem primária do produto.

11.5.7. Se responsabilizar, EXCLUSIVAMENTE, pelos danos causados a terceiros ou ao patrimônio da CONTRATANTE, em decorrência do fornecimento dos produtos adquiridos.

11.5.8. Responder civil, administrativa e criminalmente, por quaisquer acidentes, danos ou prejuízos materiais e/ou pessoais causados à CONTRATANTE, aos seus empregados e/ou terceiros, como consequência de imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus empregados, incluindo intoxicação alimentar causada aos alunos, independente da fiscalização da CONTRATANTE.

- 11.5.9. Não subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente, o objeto contratado.
- 11.5.10. Providenciar a imediata substituição de qualquer empregado considerado inadequado à execução dos serviços contratados.
- 11.5.11. Manter seus empregados devidamente identificados por meio de crachá e uniformizados quando em trabalho dentro das dependências da CONTRATANTE.
- 11.5.12. Acatar as orientações do Executor do Contrato ou do seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados.
- 11.5.13. Apresentar, no ato da assinatura do Contrato, Certificado de Vistoria de Veículos utilizado para o transporte de Alimentos emitidos pela Vigilância Sanitária conforme as Legislações de cada Estado, Município ou do Distrito Federal.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto e desde que previamente justificado nos autos.
- 12.2. A alteração de valor contratual, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.
- 12.3. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

13.1.1. A contratada que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, fica sujeita às sanções estabelecidas no Decreto nº 26.851/2006, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, 27.069/2006, 35.831/2014 e 36.974/2015, a seguir relacionadas:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo superior a 02 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.1.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### 13.2. Da Advertência

13.2.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo ordenador de despesas desta SEE/DF:

I - quando ocorrer o descumprimento da obrigação no âmbito do procedimento licitatório; e

II - se ocorrer o descumprimento da obrigação na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

### 13.3. Da Multa

13.3.1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas desta SEE/DF, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o *montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso*, até o limite de 9,9% (*nove inteiros e nove décimos por cento*), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o *montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso*, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias *não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada*;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, *pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega*.

13.3.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando for o caso;

II - Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.3.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.3.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.

13.3.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

#### 13.4. Da Suspensão

13.4.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração e será imposta pelo ordenador de despesas desta SEE/DF, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966/2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.4.2. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.4.3. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

#### 13.5. Da Declaração de Inidoneidade

13.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.5.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.5.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 13.6. Das Demais Penalidades

13.6.1. As sanções previstas nos subitens 13.4 e 13.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### 13.7. Do Direito de Defesa

13.7.1. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.7.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.7.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.7.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.7.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

13.7.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.8 - Do Assentamento em Registros**

13.8.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.8.2. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

**13.9. Da Sujeição a Perdas e Danos**

13.9.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

**13.10. Disposição Complementar**

13.10.1. Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL**

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente em comum acordo, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA**

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR**

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação, designará 2 (dois) executores (um titular e um suplente) para o Contrato, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

**Pela CONTRATANTE:**

**RAFAEL DE CARVALHO PULLEN PARENTE**

Secretário de Estado Educação do Distrito Federal

**Pela CONTRATADA:**

**ILTON BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO**

Procurador

## TESTEMUNHAS:

SIMONE SOUSA SILVA MELO - CPF: [REDACTED].837.501-[REDACTED]

MARLI DOS REIS COELHO - CPF: [REDACTED].007.281-[REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Ilton Barbosa de Oliveira Filho, Usuário Externo**, em 29/03/2019, às 18:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **QUINTINO DOS REIS BORGES FILHO - Matr: 02426595, Secretário(a) Adjunto(a) de Estado de Educação do Distrito Federal**, em 29/03/2019, às 18:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DE CARVALHO PULLEN PARENTE - Matr. 02423650, Secretário(a) de Estado de Educação do Distrito Federal**, em 30/03/2019, às 09:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE SOUSA SILVA MELO - Matr. 00307572, Gerente de Contratos e Termos**, em 01/04/2019, às 07:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARLI DOS REIS COELHO - Matr. 239698x, Técnico(a) de Gestão Educacional**, em 01/04/2019, às 09:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=20271778&codigo\\_CRC=E7CFC931](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=20271778&codigo_CRC=E7CFC931).

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGAN 607 Projção D - Bairro ASA NORTE - CEP 70.830-300 - DF

3901-2340